

## Gênero e diversidade sexual na escola: Apresentação do dossiê

*Denise Regina Quaresma da Silva*<sup>1</sup>

*Cristianne Maria Famer Rocha*<sup>2</sup>

Nos últimos tempos, em vez de nos depararmos com a aprovação de planos de educação que levassem em conta e validassem o princípio constitucional de construção de um país mais justo e igualitário, foi reacesa a cruzada contra a igualdade de gênero. Essa nova “cruzada” parte de argumentos falaciosos, distorcendo um debate consolidado há décadas no campo intelectual nacional e internacional, sendo que grupos religiosos fundamentalistas têm sistematicamente ignorado o princípio da laicidade do Estado, censurando qualquer menção às categorias “gênero” ou “orientação sexual”, especialmente nos planos locais de educação.

Ainda que estas categorias venham sendo discutidas há algum tempo no cenário educacional brasileiro e que, seguindo Scott (1995), interpretemos gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86), analisar e refletir sobre a constituição identitária ou a orientação sexual, particularmente nas escolas brasileiras, se configura como um grande desafio na atualidade.

Pesquisas qualitativas sinalizam a recorrência com que a exclusão escolar aparece nas trajetórias de vidas das pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup> e são sempre associadas ao ódio e à violência perpetrados contra essa população, dentro do ambiente escolar (Quaresma da Silva, 2012; Silva, 2008).

Este número temático busca descortinar a discriminação e o preconceito relacionados às relações de gênero e à diversidade sexual no espaço escolar, examinando a existência de práticas discriminatórias que excluem da escola uma parcela significativa da população por serem sujeitos diversos e não estarem adequados aos padrões hegemônicos estabelecidos socialmente e por assumirem identidades sexuais que

---

1 Doutora em Educação (UFRGS). Docente e pesquisadora do PPGEDU/UNILASALLE e da Universidade FEEVALE. Pesquisadora do CNPq. E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br

2 Doutora em Educação (UFRGS). Docente e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rcristianne@gmail.com

3 A sigla LGBTQIA+ é uma atualização de outras siglas usadas pelo movimento político e social que luta por direitos das pessoas homossexuais, bissexuais e/ou identificadas com qualquer orientação sexual não heterossexual. Cada uma das letras da sigla corresponde a um grupo de pessoas: L e G abrangem pessoas Lésbicas e Gays (pessoas que sentem atração pelo mesmo gênero ou por pessoas que se consideram de gêneros parecidos), B se refere às pessoas bissexuais (sentem atração por dois ou mais gêneros), T se refere a transgênero (pessoas cujo gênero designado ao nascimento é diferente do gênero que possuem), Q significa *Queer* (um termo vago que significa “estranhe”, por isto algumas pessoas se identificam com ele por se considerarem fora das normas de gênero, sexo e relacionamentos), I se refere a Intersexo (pessoas que, congenitamente, não se encaixam no binário conhecido como sexo feminino e sexo masculino, em questões de hormônios, genitais, cromossomos, e/ou outras características biológicas), A é de Assexuais/Arromânticas/Agênero (pessoas assexuais são pessoas que nunca, ou que raramente, sentem atração sexual, pessoas arromânticas são pessoas que nunca, ou que raramente, se apaixonam, e pessoas agênero não possuem gênero ou ao menos se sentem mais ou menos contempladas por esta definição). O símbolo +, ao final da sigla, indica que existem muitas outras possibilidades, não listadas ou descritas aqui, de identificação (ou não) de gênero ou de orientação sexual.

escapam à lógica hegemônica da heteronormatividade. Nossa intenção, portanto, foi dar espaço para que múltiplos e diferentes cenários, perspectivas, reflexões e análises pudessem, minimamente, mostrar a diversidade de situações vividas no cotidiano das escolas brasileiras.

A concepção pretendida neste dossiê sobre gênero, diversidade sexual e Educação enfatiza a importância que, na atualidade, este tema adquiriu proporções para além do espaço familiar. Neste sentido, a escola pode ser um importante espaço de informação e intervenção sobre as questões de gênero e sexualidade, pois, por muito tempo, esse tema foi e, na atualidade, continua sendo um assunto que transitava nos espaços educacionais como um problema moral, um tema sobre o qual “não se fala”. Nessa perspectiva, o objetivo deste dossiê é problematizar as temáticas gênero, sexualidade e as violências sofridas pelos diversos nas escolas, estabelecendo reflexões sobre os cenários educativos, tendo como base teórica os Estudos de Gênero.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao proporem a orientação sexual, enquanto tema transversal do currículo escolar, pretendem que esta venha a abordar, com os alunos, as repercussões das mensagens que os mesmos recebem cotidianamente em torno da sexualidade, via mídia, família e outros espaços sociais. Objetiva-se especialmente a possibilidade de formação de opinião a respeito das informações que já obtiveram, bem como a transmissão de outras que os alunos desejam ter e às quais ainda não tiveram acesso. Desse modo, a escola, ao fornecer conhecimentos atualizados sobre o assunto e ao promover a discussão dos “diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus” (BRASIL, 1997, p. 291). Porém, o que se percebe no campo de pesquisa, é que os professores não transversalizam este tema nas atividades cotidianas, tanto que pesquisadores têm assumido como foco de interesse o tema da educação sexual buscando descrever os modos pelos quais a educação sexual (não) tem sido efetivamente transversalizada nas instituições pedagógicas.

De maneira geral, constatamos nos artigos que compõem este dossiê que, na atualidade, a sexualidade não encontra um espaço na escola para ser discutida e problematizada, fato este que vem sendo explicitado desde a muito: os corpos dos alunos “falam” sua sexualidade, porém a escola se torna surda e muda (QUARESMA DA SILVA, 2007, p. 114). Podemos notar a diferença entre falar de sexo, o que ocorre todo o tempo nas escolas e propiciar uma discussão aberta sobre a sexualidade. A educação sexual é o único método válido conhecido para preparar os adolescentes para as diversas situações que podem aparecer em suas vidas. O sexo entre eles, ou entre adolescentes e adultos, começa a qualquer momento, e não podemos ingenuamente acreditar que, ao não falarmos sobre isso, eles não possam ter essas relações.

Nesse sentido, acreditamos que a educação sexual nas instituições de ensino deve ser organizada, intencionalmente, em um processo que incorpore o conhecimento biomédico, psicológico, jurídico e sociológico. Estarão entrelaçadas, assim, ao pleno exercício da sexualidade, igualdade de gênero, com o respeito pela diversidade, buscando evitar situações de discriminação, abuso, assédio, bem como o início da gravidez ou doença sexualmente transmissível, envolvendo ativamente, para essa finalidade, professores, estudantes, famílias e instituições.

Com essa projeção, também está se direcionando a necessidade de superar atitudes que negam ou sancionam o prazer e a sexualidade na adolescência. Se não incluirmos esses temas, criamos uma barreira de obstrução para falar abertamente sobre sexualidade, o que dificulta o acesso à informação e limita a educação e a preparação dos adolescentes para viver a sua sexualidade de uma maneira prazerosa e

responsável. Também devemos parar e pensar o quanto podem ser prejudiciais para os adolescentes as dificuldades que os adultos têm para falar sobre sexualidade. Essas dificuldades normalmente se tornam evidentes nos discursos moralistas, estigmatizados e ambíguos, presentes no imaginário social, e que refletem no conteúdo imaginário sobre sexualidade que circula nas instituições de ensino, fundamentando as contradições que surgem na prática da educação sexual.

Entende-se que a Educação Sexual é de uma dimensão mais ampla e percebida como um problema de educação e saúde pública. A escola, entendida como um espaço de promoção e prevenção em educação de crianças e adolescentes, também deve ser um local privilegiado de implementação destas propostas educacionais em sexualidade e gênero.

O artigo que abre este dossiê, de Anderson Ferrari, Claudete Imaculada de Souza Gomes e Cláudio Magno Gomes Berto, intitulado “*Trabalho, Gênero e Sexualidade: quando o assunto chega nas minhas aulas - A escola nas discussões de gênero e sexualidades a partir da demanda dos/as alunos/as*”, busca problematizar como docentes percebem, e/ou trabalham, e/ou discutem as relações de gênero e sexualidades em suas aulas, a partir da seguinte questão de investigação: como as/os professoras/es abordam (de forma planejada ou não) as discussões de gênero e sexualidades em suas aulas, no segundo segmento do Ensino Fundamental, nas diferentes áreas e conteúdos? Apoiados em uma perspectiva pós-estruturalista e em estudos foucaultianos, os autores não buscam oferecer soluções, mas refletir sobre como somos constituídos e nos constituímos através dos saberes, dos poderes e da ação dos outros sobre nós e de nossas próprias ações sobre nós mesmos.

No segundo artigo sobre “Relações de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de *ideologia de gênero*”, os autores – Adan Renê Pereira da Silva, André Luiz Machado das Neves e Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas – trabalham com a categoria de pânico moral para analisar os prejuízos causados pelo pensamento conservador ao trabalho docente que pretenda discutir gênero e sexualidade nas escolas. Em tempos de obscurantismos e conservadorismos, os cursos de formação docente poderão funcionar como estratégias de análise e reflexão da situação, de tal forma que os/as docentes se tornem agentes de transformação social.

Outro artigo que trata do tema das relações de gênero e feminização da profissão docente é aquele de autoria de Lauren Antunes e Aline Accorsi, “Relações de gênero e a feminização da profissão docente: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho”. Com o objetivo de discutir algumas das relações de gênero presentes nas escolas, as autoras contextualizam os fatores que envolvem a feminização do magistério frente a divisão sexual e social do trabalho, a separação do público e do privado e as motivações que levaram as mulheres a saírem do ambiente doméstico e familiar para ocuparem espaços públicos.

Francisco Nunes de Sousa Moura e Raquel Crosara Maia Leite também abordam o conservadorismo no artigo intitulado “O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da Sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso de documentos oficiais”. Com o objetivo de analisar como a temática da sexualidade tem sido abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi realizada uma análise documental, cujos resultados são preocupantes, considerando-se o retrocesso da abordagem sobre a sexualidade na BNCC, que fica limitada a uma disciplina e a uma área específica.

Em “Relações entre *ideologia de gênero* e assédio: o poder dos discursos na constituição de

comportamentos, Rita de Cássia Portella e Rochele da Silva Santaiana buscam analisar como se constitui a subjetividade do brasileiro, homem ou mulher, que reivindica o poder da família normativa e não compreende a própria contradição ao permitir, incentivar ou produzir assédio. De inspiração teórica foucaultiana, foi realizada pesquisa documental para analisar os discursos correntes sobre “ideologia de gênero”, particularmente para aqueles produzidos no âmbito da Escola Sem Partido. As autoras concluem que o mecanismo governamental passível de sensibilizar contra a prática de assédio sexual acaba por configurar-se em uma efetiva educação para sexualidade e gênero.

Para construir o artigo “Articulando as questões de gêneros e sexualidades vivenciadas numa sala de aula de ciências com conceito de educação menor”, Paula Regina Ribeiro, Natália Oliveira e Suzana da Conceição Barros buscaram discutir as experiências narrativas de uma professora, uma pesquisadora e alunos/as que participaram de um projeto sobre questões de gêneros e sexualidades no espaço escolar. A partir do conceito de educação menor, de Silvio Gallo, analisam como é possível resistir e produzir reflexões plurais sobre o tema, que promovam uma educação que combata o sexismo, o racismo, a misoginia, a homo, trans e lesbofobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação.

Em “Mas o que tinha o meu corpo? Discutindo sobre infâncias e transexualidade”, Jaime Eduardo Zanette, Michele Leguiça e Jane Felipe discutem e tensionam a construção e (des)arranjos dos *scripts* de gênero nas infâncias, especialmente em relação ao tema da transexualidade, em situações quando o assunto é constituição de corpo, gênero e sexualidade. Foram realizadas entrevistas-narrativas com mulheres trans e homens trans e, com apoio teórico nos Estudos de Gênero, de inspiração pós-estruturalista, e Estudos *Queer*, os autores concluem que: a) a transexualidade é uma expressão identitária de caráter contingente que sofre constantemente regulações cisheteronormativas, de ordem social e familiar. b) o poder pastoral e a hipótese repressiva tornam-se tecnologias com vistas na regulação dos corpos. c) mesmo diante de todas as repressões sofridas, as crianças que apresentam variante de gênero operam técnicas para subverter a cisheteronorma.

A partir de entrevistas em profundidade com secretários/as estaduais e municipais de educação, diretor/a e coordenador/a de ensino; grupos focais com professores/as e estudantes; entrevistas informais com pessoal administrativo; e observação do ambiente escolar, Frederico Viana Machado, Margarita Diaz Montenegro e Magda Loureiro Motta Chinaglia buscam descrever a situação da homofobia na comunidade escolar de onze capitais brasileiras, no artigo intitulado “*Alunos são todos iguais, não tem sexo: Análise das práticas de educação sexual e o enfrentamento à homofobia nas escolas*”. Reiterando os achados dos outros artigos desse dossiê, os autores indicam que os dados mostraram a forte presença de preconceito homofóbico e o despreparo da escola para lidar com a diversidade sexual.

No artigo “Expectativas de masculinidades e feminilidades em *memes*: escola, juventude e zoeira”, de Priscila Karaver Gonçalves de Sá e de Cristiane Gonçalves da Silva, são discutidas expectativas sociais relacionadas à masculinidade e feminilidade presentes nas relações entre estudantes do ensino médio de uma escola pública no Estado de São Paulo, assim como o agenciamento produzido por eles/as. Através da realização de oficinas, foram utilizados *memes* (imagens, vídeos, palavras, etc, transmitidos em meio digital e utilizados de forma humorística) como disparadores dos debates. Como resultado, foi identificado que a sexualidade é propensa a gerar conflitos na vivência dos/as participantes, em particular, colocando as meninas sob rígida vigilância, enquanto é estimulada para os meninos. Além disso, em muitas situações, foi identificado que as expectativas de gênero podem ser violentas, na medida que limitam a experimentação

sexual para as meninas e impedem a vivência da afetividade para os meninos.

O último artigo do dossiê, de autoria de Elizabeth Martínez Buenabad e Alejandro Robles Serrano, se intitula: “Los retos de la educación superior en México frente a la diversidad sexual”. Com o objetivo de revisar os marcos jurídicos e legais que acompanham a temática central desse artigo – a diversidade sexual na realidade universitária mexicana – os autores indicam que o direito a não ser discriminado foi discutido e aprovado, no México, no marco da Reforma Constitucional realizada em agosto de 2001. Com o desejo de contribuir com a ruptura dos cânones de gênero heteronormativos e colaborar na decisão livre dos sujeitos para o exercício de sua sexualidade, o artigo nos permite conhecer um pouco da realidade mexicana a respeito da temática de gênero, na atualidade.

Ao concluirmos a apresentação deste dossiê, apontamos para a importância da discussão para temas como gênero e sexualidade nas práticas escolares, pois, além de serem pressupostos da democracia e dos direitos humanos, é necessário considerar, conforme aponta Louro (2001, p. 87-88), que é através de um aprendizado continuado e de forma sutil que, na escola “meninos e meninas, jovens, mulheres e homens aprendem e incorporam gestos, movimentos, habilidades e sentidos”. Na escola, “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação constituem-se em espaços da construção das ‘diferenças’ de gênero, de sexualidade, de etnia, de classe”. Nessa assertiva, os estudos sobre gênero e sexualidade no espaço escolar buscam discutir, de forma problematizada, as formas como essa “normalidade” e as diferenças são produzidas na sociedade, bem como os efeitos de poder dessas produções.

Nesse sentido, as leis e políticas relativas a sexualidade e gênero devem ir em direção a uma efetivação na prática de propostas sociais e educacionais para a superação e visão superficial de que o corpo e sua concepção anatômica inscrevem a homens e mulheres a naturalização sexual. Nesta linha de pensamento as diferenças e desigualdades constituídas sobre homens e mulheres não são da ordem da biologia, elas são social, cultural e historicamente construídas e situadas, e não determinadas somente pelo viés biológico, da anatomia de seus corpos. Diferentes sexualidades podem ser constituídas, porém percebe-se que as escolas ainda trabalham na educação sexual somente com o sentido biológico, naturalizado e reprodutor, a partir de uma ordem, a heteronormatividade.

Apontamos para a necessidade de analisar preconceitos existentes realizando uma leitura do espaço escolar com o objetivo de desconstruí-los (MADUREIRA; BRANCO, 2012). Pergunta-se como efetivamente poderíamos pensar na desconstrução dos preconceitos no espaço escolar, para implementar um espaço inclusivo, onde todos possam participar/(con)viver? Propõe-se que possamos desfazer-nos de atitudes reducionistas, reconhecer e respeitar as diferenças, em tempos onde o conservadorismo extremo reaparece, excluindo dos espaços escolares e sociais o diferente, o “anormal”, aquele que escapa ao que hegemonicamente é dado como “normal”.

Desmistificar questões em relação à sexualidade e gênero como algo exclusivamente biológico e pensá-las a partir de construções culturais/sociais pode auxiliar as/os docentes a compreenderem o complexo sistema de valores e crenças que permeiam seus saberes na perspectiva das expressões de sexualidade. Para tanto, reiteramos a necessidade da escola e da sociedade (re)pensarem as questões levantadas ao longo deste dossiê, para romper com estereótipos pré-existentes, pensar o outro como alteridade, aquele que é diferente de si mesmo. Ou, ao contrário, os ranços existentes persistirão...



Creemos que a diversidade de temáticas e perspectivas analítico-metodológicas, apresentadas nos artigos que compõem esse dossiê, certamente não esgotará as possibilidades reflexivas que o tema central – gênero e diversidade sexual nas escolas - nos convoca a pensar e produzir. Ainda que a organização do dossiê tenha se constituído em um grande desafio, sobretudo pelo quanto de provocações ele poderá suscitar, não nos permitimos nos omitir ou ignorar a necessidade de seguir produzindo, academicamente, sobre uma temática que enseja rupturas sociais e culturais.

Em um mundo onde se aprofundam as injustiças sociais e as desigualdades, onde direitos e garantias são continuamente questionados, onde vemos uma progressiva valorização de atributos pessoais baseados no egoísmo, na individualidade e na agressiva e desmedida violência, temos o dever de resistir e nos posicionarmos, eticamente, em defesa do respeito, da dignidade, da justiça, da proteção e de outros valores ou princípios que nos permitam a convivência solidária com tantos/as diferentes.

Afinal, temos assistido a inúmeras tentativas de retrocesso e urge que possamos combater que as diferenças humanas e as desigualdades sociais não se desdobrem em desigualdades, hierarquias ou marginalizações. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas garantir um espaço democrático, onde o reconhecimento da dignidade humana de grupos historicamente excluídos e de seu direito fundamental à educação e ao exercício da cidadania, sejam garantidos.

Sem a pretensão de indicarmos soluções ou proposições definitivas a respeito do tema, nossa intenção aqui, bem mais modesta, é apenas permitir que, através dos textos reunidos nesse dossiê, os/as leitores/as sejam estimulados a pensar, a debater, a estudar, a escrever, a criar respeitadas formas de convivência com aqueles/as que se identificam com orientações de gênero diferentes daquelas que conhecemos ou nos identificamos.

Por fim, desejamos uma ótima leitura e excelentes reflexões! Esperamos, sobretudo, que as experiências aqui trazidas permitam questionar e desestabilizar a organização binária da sociedade heteronormativa.

## **Referências**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LOURO, G. L. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MADUREIRA, A. F. A., BRANCO, A. M. C. U. A. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In: BRANCO, A. U. ; OLIVEIRA, M. C. S. L. (Eds.), Diversidade e cultura da paz na escola: Contribuições da perspectiva sociocultural (pp. 125-155). Porto Alegre, RS: Mediação, 2012.

QUARESMA DA SILVA, D. R. A sexualidade e a educação sexual nas escolas a través dos tempos (p. 107-123). En Menezes, M.; Valduga, D. A. (Eds.). Formação de professores: a articulação entre os diferentes saberes. Novo Hamburgo, Brasil: Editora Feevale, 2007.

QUARESMA DA SILVA, D. R. La producción de lo normal y lo anormal: un estudio sobre creencias de género y sexualidad entre docentes de escuelas municipales de Novo Hamburgo/Brasil. **Subjetividad y procesos cognitivos**, v. 16, p. 178-199, 2012.

SILVA, J. M. **A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade**. Geo UERJ, v. 1, p. 1-16, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20(2), p. 71-99, 1995.